

## Resíduos para trocar, dar e vender

Categories : [Reportagens](#)

O último levantamento da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais mostra que, das 86,5 milhões de toneladas de resíduos industriais geradas por dez estados em 2007, mais de 3,7 milhões foram de resíduos perigosos. A geração diária de rejeitos industriais em todo o país é estimada em 150 mil toneladas, volume semelhante ao dos resíduos urbanos. Logo, reduzir a produção e reaproveitar materiais é o caminho para evitar a saturação de aterros e lixões e a contaminação de solo e água.

Nessa direção, o Brasil ganha amanhã (8) a primeira “bolsa nacional” para negociação de resíduos industriais recicláveis, como

plásticos, borrachas, papéis, material eletrônico, aparas de cor, sucatas metálicas e químicos. O sistema funcionará a partir de uma página na Internet, onde empresas de todo o país informarão gratuitamente o tipo e quantidade de materiais que desejam vender, comprar, trocar ou doar. Num primeiro momento o serviço estará disponível para Bahia, Goiás, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Em seguida, para

São Paulo, Ceará, Santa Catarina, Sergipe, Espírito Santo e Alagoas.

A bolsa nacional será hospedada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), que pretende reunir de início pelo menos dez mil empresas no sistema, que pode ser conferido [aqui](#). "Queremos universalizar o serviço e fomentar a criação de bolsas em estados ainda sem esse tipo de sistema. Com a bolsa nacional se aumentam a exposição e a escala dos resíduos a serem negociados. Futuramente, poderemos ter grandes leilões *online* para comercialização de rejeitos", comentou o analista da Unidade de Meio Ambiente da entidade, Wanderley Coelho Baptista.

O sistema nacional integrará mecanismos estaduais, funcionando de maneira semelhante ao da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). A [bolsa estadual](#) foi criada em 1985 e opera há sete anos pela Internet, ajudando no contato regional entre empresas. Isso minimiza os custos de transporte, principal entrave para negociações entre pontos mais distantes no país. Há 2.100 empresas cadastradas no sistema da Fiesp, de 24 estados. A liderança em negócios fica com o interior paulista, seguido por Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná.

Conforme o diretor de Meio Ambiente da Federação, Nelson dos Reis, a bolsa mostra que resíduos não são lixo e que o empresariado está despertando para as possibilidades de negócios e redução de custos com a reciclagem. Ainda segundo ele, muitas parcerias empresariais se consolidam através do sistema, estabelecendo processos industriais duradouros de troca ou comercialização de materiais recicláveis. "Agora, teremos uma rede nacional de comunicação entre geradores e compradores de resíduos. Isso vai melhorar o desempenho ambiental da indústria, facilitando o aproveitamento dos resíduos", disse.

A bolsa paulista é mais procurada atualmente por indústrias (46%), recicladores (26%) e intermediários (20%). Conforme informações da Fiesp, micro e pequenas empresas somam 82% dos registros na bolsa, seguidas por médias (12%) e grandes (6%). Até resíduos carnavalescos já passaram pela bolsa paulista, que acumula uma centena de acessos diários e apenas intermedia as negociações. O balanço anual mostra que 66% dos produtos são ofertados e 34% procurados, incluindo plásticos, químicos, metais, borracha, madeira e mobiliário.

O estado de São Paulo gera mais de 26,6 milhões de toneladas anuais de resíduos industriais. O Brasil, todavia, não tem estimativas oficiais sobre a geração desse tipo de descartes. O Conselho Nacional do Meio Ambiente determinou a realização de inventários estaduais no fim de 2002, o que só ocorreu até agora em dez estados. "É uma obrigação dos governos e órgãos ambientais produzir estatísticas sobre isso, mas ainda não há uma consolidação", disse Diógenes del Bel, presidente da Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de Resíduos (Abetre). A entidade reúne companhias especializadas na disposição final em aterros, co-processamento, incineração e outros tratamentos térmicos ou biológicos para rejeitos urbanos e industriais.

Conforme a CNI, resíduos prensados, enfardados, lavados ou separados podem valer até 30% mais na bolsa paranaense, abrigada pelo Senai (Serviço Nacional da Indústria) e atualmente com 4.991 empresas cadastradas. Entre janeiro de 2007 e dezembro de 2008, o sistema movimentou R\$ 600 mil. Em média, 15 novos anúncios chegam todo dia para negociação de rejeitos.

O estabelecimento da bolsa nacional e a consolidação de iniciativas estaduais também manterão dinheiro no bolso da indústria. Conforme a Fiesp, o descarte em aterro regularizado custa de R\$ 150 a R\$ 300 por tonelada; a incineração, de R\$ 2.000 a 3.000; enquanto o co-processamento (queima em fornos de cimenteiras, por exemplo) de R\$ 500 a R\$ 600 a tonelada. "A disposição em aterros é ambientalmente adequada e apresenta ainda o menor custo", comentou Diógenes del Bel, presidente da Abetre.

O diretor-executivo do Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre), André Vilhena, aplaude a iniciativa, mas adverte que será necessário controle para conter a especulação de preços, ou seja, pressão para redução de preços de grandes compradores sobre pequenos vendedores de dependem de capital de giro para fechar as contas mensais, por exemplo. "A princípio a bolsa é boa porque colocará em contato quem quer comprar e vender, mas ela deve ter um controle muito bom para se minimizar esse tipo de problema", alertou.

Conforme del Bel, da Abetre, a destinação adequada de rejeitos industriais vem crescendo no país, revelando que o empresariado tem buscado se adequar às normas ambientais. O tratamento de resíduos não-aproveitáveis da indústria saltou de aproximadamente 3 milhões de toneladas, em 2004, para 7,2 milhões de toneladas, em 2007. Naquele ano, R\$ 765 milhões foram investidos para destinação correta dos descartes. "Isso traz para a regularidade resíduos que antes não tinham uma destinação adequada. Antes eram depositados nas próprias empresas, em lixões, aterros municipais ou locais clandestinos", disse.

Enquanto a indústria se movimenta e a geração de descartes de todos os tipos cresce no país, Vilhena lembra que o projeto da lei nacional sobre resíduos sólidos amarga 18 anos de tramitação no Congresso. "É tempo demais", arrematou.

**Saiba mais:**

Lixo sem destino

[Impactos do desenvolvimento tecnológico](#)

[Lixo urbano, desafios e tecnologias](#)

Lixo plástico no lugar da madeira